

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**PARECER SAJ Nº 1512/2013 – JARM.**

**INTERESSADO:** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR.

**ASSUNTO:** Minuta de convênio a ser firmado com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com a interveniência do Distrito Federal, objetivando a “Realização do Projeto Caravana da Juventude Negra” (fls. 63 a 79); pela celebração da avença, somente após o cumprimento das diligências solicitadas.

**NUP:** 00041.001699/2013-71.

Senhora Secretária,

**I – Relatório.**

01. Sob exame desta Subchefia a minuta de convênio em epígrafe, face ao disposto nos arts. 11, inciso VI, alínea “a”, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, 38, parágrafo único, e 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

02. Trata-se de procedimento objetivando a celebração de convênio com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com a interveniência do Distrito Federal, para a “Realização do Projeto Caravana da Juventude Negra.” (fls. 63).

03. Há de se ter em conta, preliminarmente, que já **se encontra juntada no processo a imprescindível manifestação da área técnica da SEPP/PR (fls. 01 a 05), sobre o tema, opinando favoravelmente, de todo imprescindível para perfeita instrução do feito.**

04. Quanto aos aspectos técnicos das ações que serão realizadas, inclusive no que tange aos valores apontados, consideramos despiciendo nossos comentários, tendo em vista que as características, especificações e quantitativos contidos no convênio e respectivos projeto básico/termo de referência e plano de trabalho são de inteira responsabilidade da autoridade que aprovará o projeto básico/termo de referência e o plano de trabalho (fls. 07 a 57), e daquela outra autora do parecer técnico (fls. 01 a 05), não cabendo, deste modo, qualquer manifestação desta Subchefia, no particular.

## **II – Análise Jurídica.**

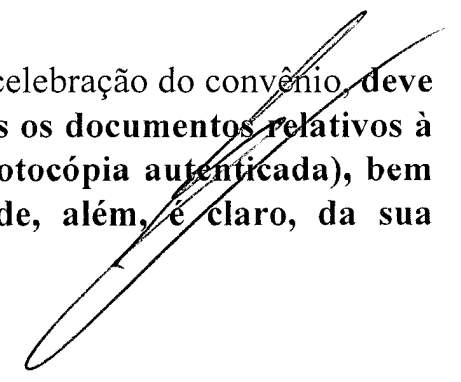
05. Cumpre salientar, por oportuno, que aos convênios aplicam-se, no que couber, as formalidades e os requisitos exigidos para a assinatura dos contratos, a teor do contido no art. 116, **caput**, da Lei nº 8.666, de 1993.

06. Lembre-se, ainda, que já se encontra no procedimento, às fls. 61 e 62, a indicação da existência dos recursos financeiros para fazer frente às despesas pretendidas, de modo a dar efetivo cumprimento ao disposto nos arts. 14, 38, **caput**, da Lei nº 8.666, de 1993, 16 e 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

07. Saliente-se, desta forma, que a assinatura do convênio depende da disponibilidade total dos recursos financeiros previstos para a execução das ações, **inclusive no que tange à contrapartida, e cujo percentual deverá guardar consonância com aquele previsto na LDO.**

08. Contudo, **não se encontra juntada ao processo a documentação comprovadora da regularidade da conveniente, a declaração da conveniente de que não se encontra em débito para com a Administração, e a consulta da conveniente junto ao CADIN e ao SIAFI, todas imprescindíveis para perfeita instrução do feito.**

09. Convém lembrar, assim, que antes da celebração do convênio, **deve ser verificado se foram juntados ao processo todos os documentos relativos à regularidade da conveniente (no original ou por fotocópia autenticada), bem assim se estão dentro do prazo de sua validade, além, é claro, da sua**



83  
IV

**regularidade junto ao SIAFI**, quando, então, somente aí, poderá ser firmado o documento.

10. Ressalte-se, igualmente, que o **não cumprimento de qualquer uma das diligências anteriormente requeridas, poderá importar, via de consequência, na nulidade do convênio, com a imprescindível apuração de responsabilidades.**

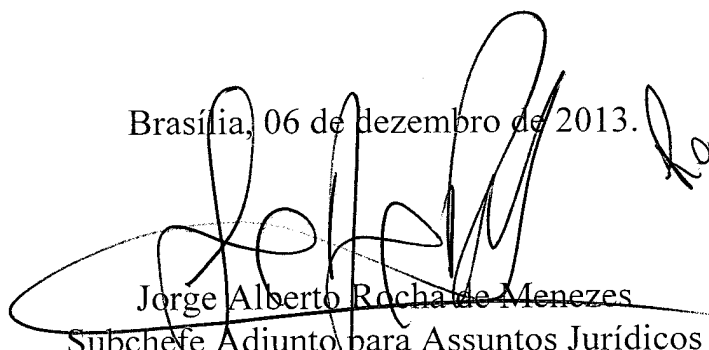
### III – Conclusão.

11. Por todo o exposto, o instrumento apresentado, **no que tange aos aspectos estritamente jurídicos**, somente após o cumprimento das diligências sugeridas, estará de acordo com a legislação que cuida da matéria (Lei nº 8.666, de 1993, Lei Complementar nº 101, de 2000, Decreto nº 93.872, de 1986, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, e do Controle e da Transparência), quando, então, poderá ser assinado pelas partes, pelo que carimbamos e rubricamos a minuta em questão (fls. 63 a 79), devendo, no entanto, ser feitas as correções grafadas à tinta vermelha no documento, apenas para o seu aprimoramento.

### IV – Encaminhamento.

13. Pela devolução do presente procedimento à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, de onde proveio, para conhecimento do posicionamento desta Subchefia, cumprimento das diligências apostas, e posterior celebração da avença.

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

  
Jorge Alberto Rocha de Menezes  
Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos  
da Casa Civil da Presidência da República

*Rapido*  
*Para providenciar*  
*26.12.2013*  
*Janara Nunes Bastos*  
GEF-TISEPLAN/SEPPIR/PR  
SIAPE: 1323308

28 DEZ 2013  
*lançues*